

Nacionalismos em disputa na grande imprensa brasileira: o processo de criação da Petrobrás nas páginas do Diário de Notícias e da Última Hora (1951-1953)

Luis Carlos dos Passos Martins ¹

Resumo: a Petrobras tornou-se um dos principais símbolos da Era Vargas. Entretanto, a empresa proposta em dezembro de 1951 era uma companhia de economia mista que aceitava o capital estrangeiro e não estabelecia o monopólio estatal do petróleo. Assim o programa petrolífero de Vargas foi recebido com fortes resistências pelos grupos considerados nacionalistas que defendiam o monopólio integral do petróleo como única solução para o setor. Os jornais **Última Hora** e **Diário de Notícias**, divididos em diferentes definições do nacionalismo, tomaram posição nesse debate, que envolveu não só o encaminhamento do problema mas também o sentido público do projeto e da própria imagem de Vargas como verdadeiro nacionalista.

Palavras-chaves: Vargas – Petrobras – imprensa - nacionalismo

Abstract: Petrobras became one of the main symbols of the Vargas Era. However, the company proposed in December 1951 was a company of mixed capital that would accept private foreign capital and that did not officially establish the state's monopoly over petroleum. So Vargas' petroleum program was received with strong resistance by the groups considered nationalists who defended complete monopoly of the petroleum as the only solution for the sector. The newspapers **Última Hora** and **Diário de Notícias** were also divided into different nationalism definitions and they took positions in this debate what involved not only the direction of the problem but also the public sense of the project and of Vargas' own image as a true nationalist.

Keywords: Vargas – Petrobras – press - nationalism

A criação da Petrobras constitui uma das principais, se não a principal, marca do segundo governo Vargas. Com efeito, ao instituir o monopólio estatal no setor petrolífero e, assim, oferecer uma solução brasileira para o “problema do petróleo”, Getúlio teria dado provas incontestes de seu nacionalismo e de seu empenho em levar o Brasil para um processo de desenvolvimento autônomo. Todavia, na época em que a empresa foi criada, esta opinião estava longe de ser consensual.

Quando o projeto que deu origem à Petrobras foi lançado, o tema do petróleo era bastante polêmico. Durante o governo Dutra, a sociedade brasileira discutira acaloradamente

¹ Luis Carlos dos Passos Martins é bacharel em História pela UFRGS e doutorando em História pela PUCRS, tendo pesquisa financiada pelo CNPq.

o Estatuto do Petróleo². Entretanto, não tivemos consenso, pois, conforme boa parte dos pesquisadores que se dedicaram ao tema, os debatedores se dividiram em duas correntes ideológicas opostas³. Vamos a elas.

De um lado, teríamos os *nacionalistas*, que pregavam o papel prioritário do Estado no processo de desenvolvimento e a exclusão do capital estrangeiro. Para estes, apenas o monopólio estatal do petróleo seria uma solução aceitável para o setor. Defendiam esta tese amplos setores da baixa oficialidade do Exército, líderes sindicais e estudantis e políticos ligados ao PTB, PR, PCB e até da UDN (em minoria).

De outro lado, teríamos os *entreguistas*, que defendiam a redução do setor público na economia e o máximo de liberdade ao capital. Para esse grupo, o problema do petróleo deveria ser resolvido mediante a atração do capital estrangeiro, através de regimes de concessão. Alinhavam-se a esta tese líderes empresariais (especialmente ligados ao comércio exterior), a alta cúpula das Forças Armadas e grande parte da UDN.

Como era de se esperar, essa disputa também envolveu intensamente os jornais. Periódicos da grande imprensa, como o **Estado de S. Paulo** e o **Correio da Manhã**, deram apoio à liberalização do setor do petróleo. Já os jornais da chamada “pequena imprensa”, quase todos de linha “nacionalistas”, posicionaram-se a favor do monopólio estatal e, assim, foram contrário ao Estatuto de Dutra. Junto a estes, posicionou-se o jornal **Diário de Notícias**, editado no Rio de Janeiro, único periódico de grande circulação a dar apoio à Campanha do Petróleo e a condenar o projeto liberalizante de Dutra.

Com o avanço do debate, a tese “nacionalista” ganhou força, especialmente pela mobilização popular empreendida pela Campanha do Petróleo. Entre os críticos do Estatuto, enfileirou-se também um político muito influente: Getúlio Vargas, que deu apoio público à tese de que a “exploração da riqueza petrolífera nacional” deveria ser reservada aos brasileiros. Diante de tanta oposição, o Estatuto do Petróleo acabou abandonado pelo próprio Executivo e a solução para o problema transferido para o próximo governo.

No final de 1950, Vargas foi eleito presidente da República, gerando grande expectativa sobre seu programa do petróleo. Imaginava-se, contudo, que sua tarefa estaria facilitada, pois era razoável supor que ele pudesse contar com o apoio da correlação de forças “nacionalistas” que derrubou o Estatuto de Dutra.

Entretanto, não foi exatamente isso que aconteceu. Getúlio lançou publicamente seu plano do petróleo no dia 6 de dezembro de 1951 e, logo em seguida, recebeu a rejeição

² Por este programa, o governo federal presidente pretendia desenvolver a indústria petrolífera mediante concessão aos trustes estrangeiros

³ Consultar WIRTH e COHN.

dos grupos que militaram contra o projeto de Dutra, especialmente a campanha “O petróleo é nosso”, que classificou a Petrobras como uma empresa “entreguista”⁴.

Os motivos desta rejeição estavam no próprio projeto varguista. Em essência, Getúlio propôs a criação de uma empresa de economia mista, a qual, embora estivesse sob o controle da União, permitia a participação de acionistas privados, inclusive estrangeiros, na composição de seu capital. E mais: não falava em monopólio estatal do petróleo.

No Congresso, o programa de Vargas também foi submetido a severas críticas. Os próprios deputados do PTB, partido do presidente, condenaram a Petrobras. Para piorar, a UDN mudou sua orientação liberal e apresentou um substitutivo propondo o monopólio estatal integral do petróleo (a ENAPE)⁵. Era uma forma de arrebatrar a bandeira nacionalista das mãos de Getúlio.

Em virtude dessas controvérsias, o projeto da Petrobras ficou 22 meses em discussão no Congresso, somente sendo sancionado em outubro de 1953. No início, o Vargas ainda sustentou seu programa como a melhor “solução nacionalista” para o petróleo brasileiro⁶. Mas, diante da suspeita de que ele não seria aprovado, o governo propôs um acordo aos líderes partidários da Câmara dos Deputados - incluindo a UDN – pelo qual o monopólio estatal seria incluído no projeto, mas as refinarias privadas em funcionamento ou já concedidas deveriam ser mantidas.

Aceito o acordo, a Petrobras foi aprovada na Câmara em setembro de 1952. Apesar da vitória, o processo implicou um grande constrangimento a Vargas que se viu obrigado a encampar uma empresa diferente da que inicialmente propusera. O calvário, contudo, estava apenas começando. O projeto ainda iria ser avaliado no Senado, onde os senadores udenistas apresentaram diversas emendas permitindo a participação do capital externo no setor petrolífero, retendo o programa do governo por mais dez meses. De volta à Câmara Baixa apenas em julho de 1953, a Petrobras só seria aprovada em setembro do mesmo ano, depois da rejeição das emendas liberalizantes.

Dessa forma, a Lei n. 2004 que Vargas sancionou instituiu a “Petróleo Brasileiro S. A.” estava longe de atender a todos os objetivos políticos do presidente. Afora o atraso na

⁴ “Apresentado, pela propaganda oficial, como ‘solução nacionalista’, o referido Anteprojeto constitui, na verdade, a oportunidade esperada pelos trustes estrangeiros – especialmente a Standard Oil – para penetrar no domínio da exploração e da industrialização do petróleo nacional”. Conforme nota do presidente em Exercício do Centro de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, General Felicíssimo Cardoso, em 14 de dezembro de 1952, publicada em: MIRANDA, Maria Tibiriçá. *O Petróleo É Nosso*. A luta contra o “entreguismo” pelo monopólio estatal (1947-1953)(1953-1981). Petrópolis: Vozes, 1983.

⁵ Empresa Nacional de Petróleo.

⁶ Quanto a isso, ver o pronunciamento de Vargas em Candeias, na Bahia, no dia em 23 de junho de 1952, encontrável em VARGAS (1954).

solução do problema, Getúlio ainda saíra profundamente desgastado da discussão e com sua imagem de nacionalista bastante arranhada.

Tudo isso nos leva, então, a perguntar: se Getúlio pretendia se identificar com o nacionalismo econômico porque simplesmente não incluiu o monopólio estatal em seu programa original, facilitando, assim, sua aproximação com os grupos que defendiam esta proposta?

Esta é uma questão de difícil resposta, mas, conforme alguns autores, o principal fator que levou Vargas a optar por uma empresa de economia mista sem o monopólio estatal estava na visão que ele mesmo tinha do nacionalismo econômico, a qual era diferente da defendida pelos militantes da Campanha do Petróleo.

Conforme Pedro FONSECA (1987), um dos principais estudiosos do varguismo, Getúlio não desejava levar o Brasil para o caminho de um capitalismo autônomo e contrário ao capital internacional. Para ele, “nacionalismo” e “independência” sempre estiveram presentes nos discursos de Getúlio (1987:404), mas isto não implicava na exclusão do capital estrangeiro da economia nacional. Ao contrário, FONSECA afirma que Vargas contava com a participação desse capital como alternativa para superar a carência na poupança interna (1987:407).

Isso fazia o nacionalismo defendido por Getúlio de uma matriz diferente daquele pregado pelos grupos mais “radicais”, como os “nacionalistas” do Exército ⁷. FONSECA, aliás, define Vargas como um nacional-desenvolvimentista, ou seja, partidário de uma estratégia de desenvolvimento com a ampla participação do Estado na planificação e execução de setores econômicos em que a iniciativa privada era insuficiente, sem se opor ao capital nacional ou estrangeiro.

No caso do petróleo, WHIRT (1973:163) argumenta que intenção de Vargas era estabelecer o controle do Estado sobre o setor através de um órgão regulador, porém sem executar a industrialização. Contava, para isso, com o apoio do capital privado, inclusive estrangeiro. Quando percebeu que esta alternativa não seria viável na conjuntura em questão, optou por uma empresa de economia mista, uma fórmula mais flexível do que as autarquias estatais.

⁷ Conforme as palavras de FONSECA, referindo-se a Vargas: “Nacionalismo, no caso, não significava luta antiimperialista; o que estava em questão era a forma de alinhamento com os Estados Unidos, e a simples proposta de independência nas relações externas (‘independência’ que significava ‘aproveitar brechas’) bastava para ser considerado nacionalista – e, no limite, simpático ao bloco soviético. No contexto da política dominante, este era o *nacionalismo possível* (e, portanto, historicamente nacionalismo) (1987:407).

Isso tudo nos permite perceber que, no processo de criação da Petrobras, Vargas tentou seguir sua própria definição do nacionalismo, fazendo da luta pela aprovação da empresa uma luta pela imposição da definição de um programa nacionalista mais legítimo.

Esta luta, entretanto, teve um palco privilegiado: as páginas dos jornais **Última Hora** e **Diário de Notícias**, que disputavam entre si a condição de porta-voz mais autorizado dos grupos nacionalistas na grande imprensa brasileira.

Diário de Notícias⁸

Como vimos anteriormente, o jornal **Diário de Notícias** foi o único periódico da grande imprensa a dar apoio ao monopólio estatal do petróleo, durante a discussão do Estatuto de Dutra. Desta maneira, não é de surpreender que o **DN** tenha criticado o projeto original da Petrobras. Muito embora os editoriais do jornal não façam uma defesa doutrinária do monopólio estatal do petróleo frente à empresa de economia mista⁹, o **Diário** achou necessário desqualificar a proposta de Vargas como nacionalista, a fim de combater sua estratégia de tentar representá-la como tal¹⁰. Desta maneira, percebe-se que, mesmo timidamente, o **DN** também participou da disputa pela definição mais legítima do nacionalismo econômico no tema do petróleo.

Quando o projeto ficou em discussão na Câmara dos Deputados (jan/set de 1952), o **DN** deu amplo espaço às críticas feitas à Petrobras pelos defensores do monopólio estatal que qualificavam a empresa como “entreguista” e obra da Standard Oil. Particularmente interessante foi o destaque dado à adesão da UDN a esta tese, quando ela anunciou seu projeto criando a ENAPE¹¹.

Nesse momento, os articulistas do **DN**, como Rafael Correia de Oliveira e Joel Santana, passaram a fazer uma defesa mais explícita do monopólio petróleo, afirmando ser esta a única forma de evitar o controle de nossas riquezas petrolíferas pelos trustes

⁸ Para identificar as citações dos jornais empregamos um sistema de referência que permite indicar, afora a data e a página, também o gênero do material analisado. Desta forma, cada notação compreende uma sigla para o jornal citado (DN = **Diário de Notícias**; UH = **Última Hora**), seguida da data (dd/mm/aa) e, depois do hífen, da localização no jornal (são dois números: o primeiro indicando o caderno e o segundo indicando a página). Por fim, empregou-se outra sigla para indicar o gênero: E para editorial, R para reportagem e A para artigos.

⁹ A bem da verdade, apenas o articulista tarefa assumida apenas pelo articulista Magalhães Júnior se deitou a esta tarefa. Conforme suas palavras: “Péssima a idéia de uma companhia mista para a exploração de uma riqueza que deve ser explorada diretamente pelo Estado, como coisa unicamente sua, como um monopólio seu, sem a intervenção de terceiros” (DN-13/12/51-1/3-A).

¹⁰ Ao “desmascarar” a Petrobras como nacionalista, o DN exigiu de Vargas que confessasse ter cedido “ao imperialismo econômico, representado pelo fato de o Brasil realmente necessitar de capital e da técnica estrangeira para se tornar um grande produtor de combustíveis líquidos” (DN-12/12/51-1/4-E).

¹¹ O **Diário de Notícias** foi o único jornal pesquisado que deu destaque ao anúncio da UDN do dia 30 de abril, antecipado pela coluna “Notícias Políticas”, no dia 28 do mesmo mês (“A UDN e o Petróleo”). Além disso, o tema foi tratado em duas reportagens, sendo, por fim, objeto ainda de dois artigos.

internacionais¹². Os editoriais se mantiveram mais discretos, embora compartilhassem a mesma linha de pensamento defendida, como podemos perceber pelo teor de seus textos, que caracterizavam a exploração do petróleo como uma questão não de caráter econômico mas de “patriotismo” (DN-27/06/52-1/4-E), relacionavam-na “com a própria soberania e independência dos povos” (DN-11/05/52-1/4-E) e consideravam-na como uma riqueza a ser preservada e defendida¹³.

Entretanto, quando o monopólio estatal do petróleo foi incluído no projeto de Vargas, o **DN** iniciou uma inflexão em sua linha de ação. Inicialmente, silenciou sobre o assunto. Na aprovação da Petrobras em primeiro turno (09/1952), chegou a negligenciar a inclusão do monopólio no projeto, destacando, ao contrário, o aspecto que “quebrava” o mesmo, a saber, a manutenção das concessões já cedidas às refinarias privadas¹⁴.

A atitude mais inesperada, contudo, viria no momento em que o projeto de Vargas foi ao debate no Senado (entre outubro de 1952 e junho de 1953). Nesse período, o **DN** se pronunciou oficialmente sobre a questão, mas marcando uma “virada” em sua tomada de posição. Com efeito, no dia 24 de abril de 1953, depois de condenar a polarização do debate entre os defensores do monopólio estatal e os que advogavam a “entrega aos trustes internacionais”, pregou a empresa de economia como forma mais adequada para solucionar o problema¹⁵. Era uma mudança de 180°. no eixo de sua argumentação.

E teríamos mais surpresas. No momento em que a Petrobras foi aprovada em segundo turno na Câmara dos Deputados, com monopólio estatal incluído e apoio udenista, o **DN** criticou a medida como vitória da “**linha nacionalista extremada**” e condenou a rejeição das emendas liberalizantes como “**notória extremação** (*sic*) nos pontos de vista dos que lutavam pelo monopólio do Estado” (grifos nossos).

Ora, como entender essa mudança brusca na linha adotada do jornal?

Para que esta questão se torne mais clara, precisamos levar em conta outro fator que norteou a cobertura do **DN** do caso em questão: seu anti-varguismo. Com efeito, o **Diário**

¹² Exemplos disso podem ser encontrados em DN-11/05/52-1/5-A e DN-14/05/52-1/3-A, no caso de Correia de Oliveira, e, no caso de Joel Santana, pode ser consultado DN-17/05/52-1/2-A.

¹³ Como nesse editorial do dia 11 de maio de 1952, no qual assevera que não podemos perder a “a esperança” que, nesse assunto, a solução encontrada, considerando “apenas a causa pública”, resulte na “exploração da **riqueza**” vital para o país, levando em conta “a **preservação** do que, no assunto, antes e acima de tudo, em face da lição do que se passa e tem passado no mundo, cumpre **salvaguardar e defender**” (DN-11/05/52-1/4-E).

¹⁴ O que fica nítido pelo título da reportagem do dia 17 de setembro (“Mantidas as refinarias particulares e as concessões”) e pela linha de apoio que acompanha a matéria do dia 19 do mesmo mês “Aprovada, também, a prorrogação do prazo para as refinarias particulares”.

¹⁵ Como afirma o editorial: “Essa solução seria aquela, já formulada por inúmeros patriotas de responsabilidade, que **assegurasse à União**, as autarquias ou empresas paraestatais, **a maioria de ações na sociedade de economia mista a se constituir, atendendo a que o capital particular nacional ou alienígena pudesse igualmente subscrever ações** até o limite previsto em lei (...)” (DN-24/04/53-1/4-E).

sempre se caracterizou pela oposição sistemática a Getúlio Vargas, especialmente depois que o “caudilho” implantou a ditadura do Estado Novo ¹⁶. Na década de 1950, o jornal também se opôs ao retorno de Vargas à Presidência dando combate à sua candidatura e, depois, ao seu governo.

Com base nisso, podemos entender melhor a linha assumida pelo **DN** no processo de criação da Petrobras. Embora originalmente defensor do nacionalismo econômico na questão petrolífera como o definido pela Campanha do Petróleo, o **Diário** ainda vacilava em dar apoio total a esta corrente devido aos riscos de ser associado ao comunismo e ao anti-liberalismo de muitos de seus líderes. Contudo, não tinha dúvidas de seu anti-varguismo. Desta maneira, quando o alinhamento ao “nacionalismo radical” coincidiu com a crítica ao governo de Vargas, o **DN** deu guarida aos principais argumentos da Campanha, muito embora procurasse se resguardar de um comprometimento mais explícito. Quando Getúlio incluiu o monopólio estatal na Petrobras e passou a ser passível de se identificar com a definição mais radical do nacionalismo que o **DN** havia apoiado, o jornal abandonou esta linha e tornou-se um crítico do “nacionalismo extremista” porque era uma nova forma de combater Vargas.

Em conclusão, ao menos no caso da criação da Petrobras, o **DN** não apresentou coerência doutrinária frente ao nacionalismo econômico. Seu posicionamento variou conforme as mudanças táticas de Vargas e usou a luta pela imposição da definição mais legítima do nacionalismo como arma contra o governo.

Última Hora

Assim como o **DN**, o jornal **Última Hora** tomou uma posição politicamente atuante na cobertura da criação da Petrobras. Mas seguiu uma rota bem diferente, devido a seus vínculos Vargas.

Inicialmente, a **UH** procurou defender o programa original da Petrobras como uma “solução nacionalista” do problema do petróleo, seguindo o mesmo caminho de Getúlio. Entretanto, para levar adiante essa campanha, decidiu tomar para si a tarefa de esclarecer a opinião pública sobre a verdade do programa do governo e, mais do que isso, sobre a verdade do nacionalismo econômico. Ou seja, foi um pouco mais além do que o presidente na defesa doutrinária do projeto.

¹⁶ Essa ferrenha oposição a Vargas infligiu ao **DN** toda a sorte de repressão da censura estado-novista, mas trouxe ao jornal grande prestígio como “principal órgão oposicionista” (ABREU, 2001:1850).

Ao assumir esta tarefa, a **UH** entrou em luta aberta com os defensores do monopólio estatal do petróleo, procurando estabelecer claras distinções entre o programa nacionalista que defendia e as propostas dos adversários.

Segundo o jornal, nacionalismo no caso do petróleo não poderia ser confundido com monopólio estatal. Este era uma alternativa inadequada ao interesse nacional, sustentada por quem não desejava a solução do problema, aos quais a **UH** qualificou de “falsos nacionalistas” ou “nacionalistas xenófobos ou jacobinos”¹⁷. A razão disto estava no fato de que o monopólio cheirava à “estatização” e a “burocratização” de um setor da economia que deveria contar com a flexibilidade da iniciativa privada, condição que a empresa de economia mista satisfazia de forma mais adequada, além de permitir a fiscalização do Estado¹⁸.

Desta maneira, quando a lógica do jogo político levou Vargas a incluir o monopólio estatal no projeto da Petrobras, o jornal se viu diante de uma situação contraditória: combatera com veemência o monopólio como “nacionalismo xenófobo” e, agora, para manter seu apoio ao governo, deveria defendê-lo. Seu compromisso com Getúlio exigia este sacrifício, mas, se o fizesse, poderia comprometer sua própria imagem junto aos leitores que tentara doutrinar sobre o “verdadeiro nacionalismo”.

Para resolver este impasse, o jornal optou por um caminho intermediário: passou a defender a aceitação do novo projeto da Petrobras, sem, contudo, assumir a defesa doutrinária do mesmo. Este deveria ser aprovado porque expressava a média do pensamento nacional sobre o assunto e era uma forma de solucionar um grave problema nacional¹⁹.

Mas, depois de vencida a batalha congressual, o jornal se dedicou a resgatar os dividendos simbólicos que a aprovação da Petrobras poderia render a Vargas. Para isso, a **UH** não só voltou a associar a empresa e Getúlio ao nacionalismo²⁰ como retomou sua pregação

¹⁷ UH-26/06/52-1/1-R.

¹⁸ O jornal defendeu a Petrobras por ser uma “**empresa mista**, de capital público e privado, em que o **poder do Estado se concilia** com a **flexibilidade** do **empreendimento privado**” (UH-15/12/51-1/6-BE). E condenou o monopólio estatal da seguinte maneira: “A solução por alguns preconizada, de um **puro e simples monopólio do Estado**, sem qualquer participação do capital privado e até sem finalidade de lucro, afigura-se não só **inconsistente**, em face da própria natureza do empreendimento, de cunho nitidamente industrial, mas também **perigoso**, por implicar na instituição prévia de entraves invencíveis pelos que tiverem a seu cargo a efetivação de tal empreendimento” (UH-06/12/51-1/6-BE).

¹⁹ Como podemos perceber por este reportagem que narra o nascimento do acordo que possibilitou a aprovação do projeto de Vargas: “Daí surgiu a Petrobras, agora, como a média do pensamento político brasileiro a respeito do problema do petróleo. A solução ali apresentada, se consulta aos mais altos interesses do país, pelo seu caráter nacionalista, sem prejudiciais exageros, ganha plena autoridade por ser o resultado de uma conciliação das nossas forças políticas atuantes. Falaram os partidos, trabalharam os líderes, manifestaram-se os congressistas – e a ‘Petrobras’ foi encaminhada ao Senado baseada nessa incontestável autoridade partidária” (UH-18/11/52-1/3-R).

²⁰ Como neste trecho: “Dentro dessa linha de conduta, foi que **ÚLTIMA HORA** apoiou desde o primeiro momento a tese nacionalista, tomando a frente a campanha da Petrobras. E hoje, que se torna realidade a instituição, podemos proclamar com orgulho ter sido este jornal a fortaleza que sustentou com decisão e até

da diferença do nacionalismo varguista – chamado de “realista e salutar”– daquele defendido pelos adversários do presidente, cujas propostas foram qualificadas de “jacobinismos ferozes” (UH-05/10/53-1/1-E).

Em suma, pela cobertura da **UH** do processo de criação da Petrobras, podemos perceber com mais clareza as diferenças internas que separavam os grupos ditos nacionalistas e como a disputa em torno da imposição de uma definição mais legítima do nacionalismo econômico fazia parte dos conflitos políticos do período. Ademais, o fato de a **UH** assumir a defesa doutrinária do programa do petróleo de Vargas na esfera pública e, mesmo sob a pressão das demandas políticas do governo, tentar manter uma mínima coerência com esta doutrina nos oferece boas indicações da maneira como este jornal pretendia construir sua identidade ideológica no universo da grande imprensa do período, diferenciando-se simultaneamente do liberalismo clássico e do nacionalismo radical.

Referências Bibliográficas

- COHN, Gabriel. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1968. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- FONSECA, Pedro C. D. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- VARGAS, Getúlio. *O governo trabalhista do Brasil*. v. 4 Rio de Janeiro : José Olympio, 1954.
- WHIRT, John D. *A Política do desenvolvimento na Era de Vargas*. Trad. de Jefferson Barata. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1973.